

INOVA

Edição 1 – Ano 1

REVISTA DA CIDADE



Novos Caminhos

Como a sociedade civil organizada está transformando a vida nas cidades brasileiras.



Revista Inova - Edição 001



- 4. Sobre o IPGC
- 6. Muito Prazer, PPP.
- 8. Inteligência: O Ativo que Transforma Cidades
- 10. Carteira de Projetos do IPGC
- 11. Cidade Inteligente
- 12. Energia Renovável
- 13. Recuperação Energética de RSU
- 14. Água e Esgoto Tratados
- 16. Caminhos Para a Estruturação de Parcerias e Concessões
- 18. Reportagens
- 20. Depoimentos
- 21. Por que as PPPs são uma boa opção para os municípios brasileiros no cenário político/econômico atual?
- 22. Desenvolvimento Sustentável
- 24. Cenário das PPPs no Brasil
- 26. As 5 Cidades Mais Inteligentes do Mundo
- 28. IPGC na Mídia
- 30. Credenciamento

Sobre o IPGC

O Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) é uma instituição da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, criada em 2013 em Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas Gerais. Somos Pioneiros pelo formato e execução de projetos inovadores. Nossa história começou em 2008, com o Movimento Popular da Cidade – Mov Cidade, que tinha o objetivo de discutir pautas públicas, em especial as ligadas à saúde. O Mov Saúde, uma vertente do Mov Cidade, foi responsável pela elaboração de projetos e diagnósticos em relação à temática na região Centro Oeste do Estado de Minas Gerais.

Após a ampliação e diversificação das temáticas, a gestão do movimento decidiu transformar o Mov Cidade em uma instituição capaz de prestar serviços e consultorias, e criar parcerias para e com o setor público. Assim, o Mov Cidade evoluiu para o que hoje é o IPGC e, em busca de expandir seus horizontes, mudou-se para a capital mineira. No ano de 2020, enquanto a maioria das pessoas estavam em casa, de quarentena, isoladas, lutando pela sobrevivência, para se adaptar e salvar os negócios; a equipe do IPGC se mantinha conectada para pensar e desenvolver soluções para as cidades. O objetivo? Combinar inteligência e inovação tecnológica, para melhorar a infraestrutura urbana das cidades e qualificar as gestões públicas municipais.

Cenário de Atuação

A atuação do instituto se dá, principalmente, na gestão de cidades, com consultoria e prestação de serviços em cenários prospectivos; administração estratégica; gestão orientada para resultados; transferência de tecnologia; inovação no setor público e em modelagens e estudos para parcerias público-privadas. O IPGC é uma resposta, uma reação à crise política, sanitária, ambiental que estamos enfrentando atualmente. Contamos com uma equipe composta por diversos profissionais de formação multidisciplinar e uma ampla rede de

consultores. Junto aos seus colaboradores, o Instituto agrega competências que o qualifica para atuar com alto desempenho, tanto na área técnica/administrativa, quanto na compreensão das diferentes políticas nas administrações municipais e estaduais. Nosso propósito é qualificar as gestões das cidades através de mecanismos de planejamento estratégico e participativo, aliando técnica e política pela eficiência da gestão pública, do desenvolvimento institucional sustentável e da qualidade de vida dos cidadãos.

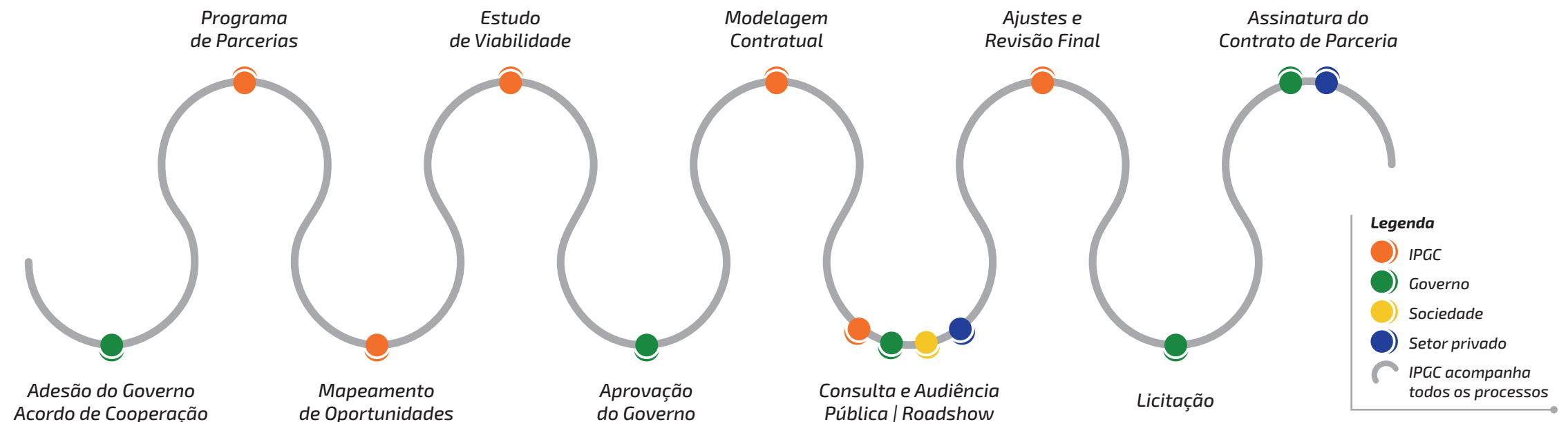
Equipe do Instituto de Gestão e Planejamento de Cidades (IPGC), 2020. Foto por Pedro Almeida.



Muito Prazer, PPP.

Metodologia de Estruturação de uma PPP

Previsão de 6 a 12 meses
Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental, Jurídica;
Modelagem Contratual e Assessoramento integral no processo.



Ao longo das últimas duas décadas e, principalmente, no ano de 2020, com o advento da pandemia do novo Coronavírus, observou-se grande movimentação política, acompanhada de significativas transformações econômicas e sociais ao redor do mundo. Essa metamorfose socioeconômica teve claros desdobramentos no campo da administração pública, especialmente em países subdesenvolvidos ou emergentes, como é o caso do Brasil. Em um cenário de pandemia generalizada e falta de recursos públicos, governadores e prefeitos por todo o país se viram obrigados a encontrar soluções inovadoras para as demandas de seus estados e cidades.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e as Concessões são modelos de contratação que atuam há pouco mais de uma década no Brasil como alternativa para viabilizar investimentos em infraestrutura e qualificar os serviços de

interesse da população. Segundo o texto da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004, Parcerias Público-Privadas são contratos administrativos de concessão, que ocorrem em duas modalidades: administrativa ou patrocinada. Na modalidade **administrativa**, o pagamento ao setor privado, prestador do serviço, vem unicamente dos cofres públicos. Na parceria público-privada **patrocinada**, por outro lado, uma parte do pagamento vem dos recursos do governo, e outra parcela é originária do bolso dos usuários, ou seja, dos cidadãos que utilizarem o serviço. Ainda de acordo com a Lei 11.079/2004, “Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.”

A Importância das Parcerias

Diante de um arranjo político com descontinuidade dos processos e ineficiência na prestação de serviços, o IPGC busca as soluções mais adequadas para a gestão dos estados e cidades brasileiros. Nesse sentido, cada vez mais, as PPPs têm se consolidado como uma alternativa atraente e bastante frutífera para os municípios brasileiros, que atualmente enfrentam dificuldades para financiar grandes obras de infraestrutura urbana, por exemplo, devido ao contexto econômico nacional em que se encontram. Por isso, tanto o setor público quanto o setor privado têm

visto nessas parcerias uma alternativa para responder de maneira eficiente às demandas da sociedade por melhorias em infraestrutura e serviços de interesse público. As PPPs oferecem novos caminhos para a realização de obras de maior magnitude e para a prestação de serviços à população, com qualidade e celeridade. Dentre as principais vantagens de se fazer parte de um contrato de parceria, destaca-se a eficiência para viabilizar grandes obras, o pagamento público condicionado à qualidade do serviço e o compartilhamento de riscos entre os parceiros.

Leia mais sobre aspectos legais na página 16



Entrevista: O diretor-presidente do Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades fala sobre os motivos que levaram à fundação do instituto.

Nossa conversa com Leonardo Santos, fundador do IPGC, revelou os ingredientes secretos da bem-sucedida receita que tem ganhado espaço no Brasil e transformado a realidade de diversos municípios ao redor do país. Especialista em Planejamento e Gestão Social pela Universidade Federal de Juíz de Fora e Mestre em promoção da saúde pela Faculdade de Medicina da UFMG, Leonardo Santos atuou como consultor de serviços e programas de saúde pública, professor universitário na Faculdade Pitágoras e na PUC Minas e pesquisador e professor da Universidade Federal de São João del-Rei. Trabalhou também como Gestor Público Federal na Diretoria de Operações da CASEMG (Ministério da Agricultura) nas áreas de agronegócio e comércio exterior; possui experiência em gestão de projetos de Infraestrutura Urbana e na estruturação de projetos de Concessões e PPPs. Fundou o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) em 2013 e, atualmente, ocupa o cargo de diretor-presidente, desenvolvendo projetos com foco em Gestão Pública, Infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável.

Sobre o instituto, Leonardo nos disse: “o IPGC é uma instituição de inteligência, com foco em planejamento e gestão de cidades. Nós queremos ocupar esse espaço que, na minha visão, carece de atenção no país. Não há, hoje, na sociedade, uma instituição como o IPGC, que venha se empenhando e somando os esforços de toda a sua equipe para pensar soluções e transformar a reali-

Inteligência:

O Ativo que Transforma Cidades

dade dos municípios brasileiros.” Quando questionado sobre o foco específico em cidades, ele explicou: “A vida está nas cidades. É lá que as pessoas vivem, se alimentam, trabalham, amam... O Estado e a União são abstrações territoriais, mas as pessoas moram em uma rua, que tem poste, tem árvore, tem rio. A cidade é o local da produção da vida, e é ali que nós podemos causar impacto real na vida das pessoas.”

Ainda com relação ao IPGC e às motivações para sua fundação, continuou: “O IPGC é a minha resposta à angústia causada por um problema que vivenciei quando estava como professor na universidade: a distância entre o meio acadêmico e a realidade da população. Mesmo com todo o conhecimento produzido nas universidades brasileiras, o país ainda tem também crianças que continuam morrendo com infecções causadas por água não tratada e esgoto a céu aberto. Isso é uma loucura! Hoje, o profissional sai da faculdade sem desenvolver a capacidade de aplicar o conhecimento que adquiriu. Essa lacuna que existe entre o conhecimento acadêmico e a sua aplicação otimizada no mundo real é o que eu chamo de inteligência.”

Sobre a diferença entre os conceitos, ele explica: “Enquanto o conhecimento é estático, teórico, repassado de pessoa para pessoa; a inteligência é fluida, adaptável ao contexto, desenvolvida como uma habilidade. Para que o conhecimento se transforme em inteligência, deve haver observação, análise metódica, tomada de decisão e intervenção na prática. Nesse sentido, o conhecimento,

por si só, não é transformador, visto que decisões boas e ruins podem ser tomadas a partir dele, mas a inteligência é a condição *sine qua non* para que as nossas ações sejam qualificadas. É a partir dela que nós desenvolvemos a capacidade de tomar decisões mais acertadas.”

Leonardo argumenta que as universidades se retoolam com o conhecimento que produzem, enquanto os prefeitos, vereadores e outros representantes do poder público, que diariamente tomam decisões com relação à vida do povo, não acessam essa fonte. Assim, surge o IPGC, uma associação sem fins lucrativos de pessoas da sociedade civil, cujo único ativo, de acordo com o seu fundador, é a sua capacidade inventiva de transformar realidades. “A inteligência que nós desenvolvemos no IPGC, a partir dos nossos estudos, modelagens e resultados na prática, é o ativo que nós oferecemos, para que os prefeitos possam tomar decisões mais assertivas, que impactem positivamente a vida das pessoas. Isso porque, contrariamente a uma empresa, nós não visamos ao enriquecimento. Toda a nossa equipe se reuniu em torno de um propósito: transformar os municípios brasileiros em cidades inteligentes, para modificar a realidade das pessoas. Somos uma ponte entre o vasto conhecimento que é produzido pelo meio acadêmico e os gestores que necessitam transformar esse conhecimento em inteligência para desenvolver suas cidades.”

Carteira de Projetos do IPGC (2020-2024)



1. Cidade Inteligente

Estudos de viabilidade e modelagem de projetos de eficiência do parque de iluminação pública, com utilização de LED, além da implantação de infraestrutura de telecomunicação através de rede de fibra óptica, com integração imediata dos serviços de videomonitoramento, internet predial e a oferta de wi-fi público.



2. Energia Renovável

Estudos de viabilidade e modelagem de projetos de geração de energia, com utilização de fontes renováveis (solar, biomassa, etc), na modalidade geração distribuída para atender à demanda própria da administração pública estadual e/ou municipal.



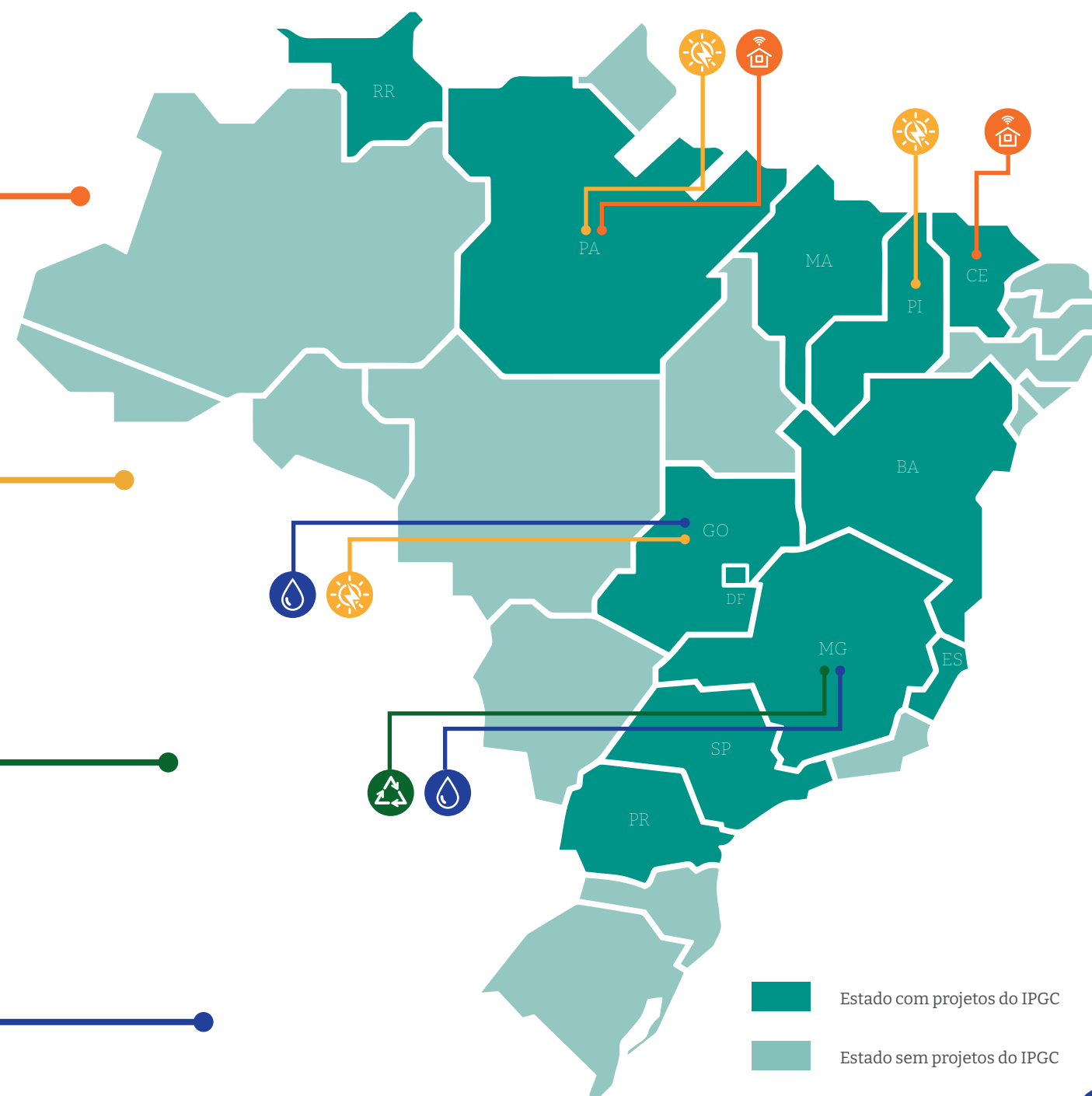
3. Recuperação Energética de RSU

Estudos de viabilidade e modelagem de projetos de limpeza urbana, coleta, transporte e destinação de resíduos para recuperação energética a partir de inovadoras tecnologias de termodegradação (pirólise, plasma, gaseificação, etc), seja para municípios isolados ou através de consórcios públicos.



4. Água e Esgoto Tratados

Estudos de Viabilidade e modelagem de projeto de saneamento básico para captação, tratamento, reserva e distribuição de água, além da coleta, afastamento e tratamento do esgoto.



Projeto 1

Cidade Inteligente



Você sabia que até hoje a maior parte dos municípios brasileiros faz uso de luminárias de vapor de sódio e mercúrio? Esse material emite pouca luz e gasta mais energia, quando comparado a uma lâmpada de LED.

Em virtude da Emenda Constitucional nº. 19 de 1998, a eficiência tornou-se princípio constitucional da administração pública, princípio este que, em alguns casos, não encontra reflexo na realidade. Como exemplo, pode-se citar o serviço de Iluminação Pública, que, mesmo com o avanço das tecnologias de LED (Light Emitter Diode), continua obsoleto em nosso país. Uma grande parcela das cidades brasileiras mantém parques de iluminação ultrapassados, consumindo, em média, 50% de energia a mais que uma Cidade Inteligente.

As Cidades Inteligentes, ou *Smart Cities*, são aquelas que utilizam a tecnologia para promover o bem-estar dos cidadãos, o crescimento econômico e a sustentabi-

lidade. O projeto proposto pelo IPGC integra a modernização da iluminação pública à infraestrutura de telecomunicações, criando, assim, as condições básicas para o início da estruturação de uma cidade moderna, com rede wi-fi pública e videomonitoramento, por exemplo. O compartilhamento da infraestrutura de iluminação com fibra óptica dedicada do município reduz os custos de implantação e operação, além de oferecer condições para a modernização de toda a Gestão Pública por meio da integração de informações, do diálogo permanente com o cidadão e da utilização de inteligência artificial na execução das atividades de rotina.

Projeto 2

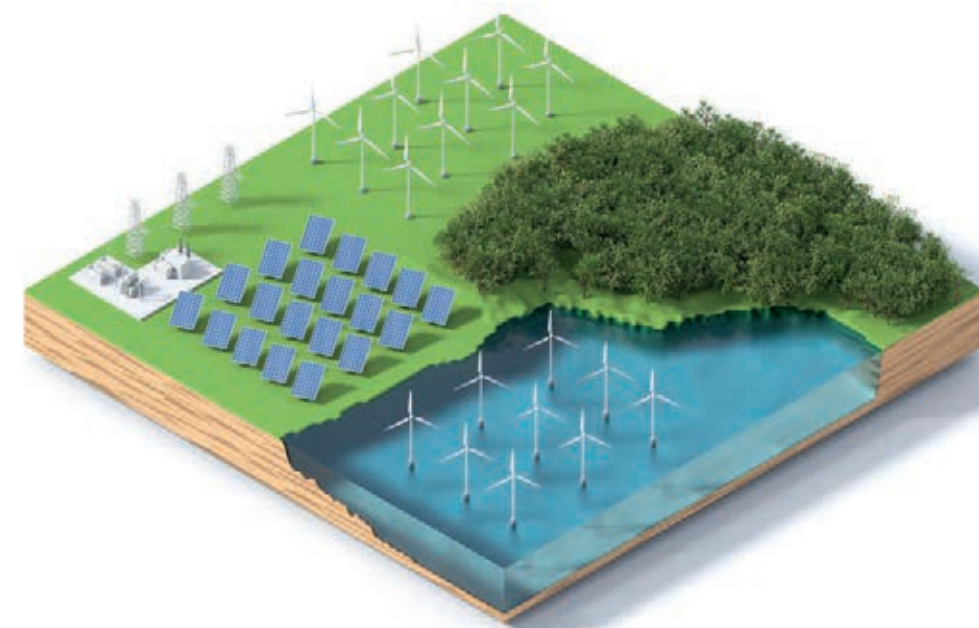
Energia Renovável

Nos últimos anos, tem-se observado um aumento significativo nos esforços voltados à diversificação da matriz energética brasileira. Há, atualmente, uma crescente movimentação, por parte dos administradores públicos municipais e estaduais, no sentido de reduzir os gastos com energia elétrica por meio do investimento em energias limpas e renováveis.

Quando a Administração Pública adota um programa de energias limpas e renováveis, além de dar o exemplo social, ela amplia sua matriz de energias sustentáveis, otimiza o gasto dos recursos públicos e se torna autossuficiente em relação à própria demanda energética. As cidades que apostam no projeto de usina solar fotovol-

taica aderem a uma compreensão mais atual de como nós, seres humanos, devemos interagir com o planeta de forma mais sustentável e inteligente.

As fontes de energias renováveis contribuem para a redução da dependência de combustíveis fósseis, recursos sujeitos a muitas variáveis de instabilidade e cuja queima contribui para o fenômeno do aquecimento global. Nesse sentido, investimentos em produção e utilização de energias limpas, em detrimento de combustíveis fósseis, por exemplo, são também investimentos em um futuro com mais qualidade de vida para todos e maior cuidado com o meio ambiente.



Projeto 3

Recuperação Energética de RSU



- Aproximadamente, 18 milhões de brasileiros ainda não são atendidos pelo serviço de coleta domiciliar
- Apenas 38,7% dos municípios brasileiros possuem coleta seletiva de resíduo

Em um mundo cada vez mais ameaçado pelas consequências naturais dos agravos causados ao meio ambiente pela ação do homem, propor soluções que viabilizem a diminuição desse impacto e que priorizem a geração de fontes alternativas de energias é uma condição necessária para a qualidade de vida das atuais e futuras gerações. No âmbito do tratamento adequado para resíduos sólidos urbanos (RSU), há uma ampla gama de alternativas propostas e implementadas, sob o conceito “Waste-

to-Energy”, ao redor do mundo. A termodegradação de RSU pode ser realizada por meio das tecnologias de pirólise, plasmas, gaseificação, dentre outras. Viabilizar tais tecnologias no Brasil para resolver o passivo ambiental em relação ao tratamento adequado de resíduos sólidos urbanos é um dos principais objetivos do IPGC.

No caso da parceria, o Privado tem a liberdade para escolher a tecnologia que melhor atende ao projeto e que gera mais benefícios para ambos, sem a necessidade de uti-

lizar o aterramento, minimizando assim os impactos ambientais e reduzindo os custos com este serviço. Os projetos do IPGC voltados para o tratamento de resíduos sólidos apresentam soluções inovadoras para viabilizar a diminuição do impacto ambiental, priorizando fontes alternativas de energia. Neste caso, isso se dá por meio da termodegradação de resíduos sólidos, que busca evitar que o lixo seja destinado a lixões irregulares ou aterros controlados nos municípios.

Dados retirados de <http://snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-residuos-solidos>

Projeto 4

Água e Esgoto Tratados

- 39,3 milhões de brasileiros ainda não são atendidos por serviço de abastecimento de água
- 45,9% da população não é atendida por serviço de esgotamento sanitário
- Em 2019, 50,9 % do esgoto brasileiro não foi tratado

não como uma PPP, em razão do objeto concedido ser um serviço com pagamento realizado exclusivamente pelo usuário.

As etapas do serviço de abastecimento de água são: **captação, tratamento, reservatório, adução/distribuição.**

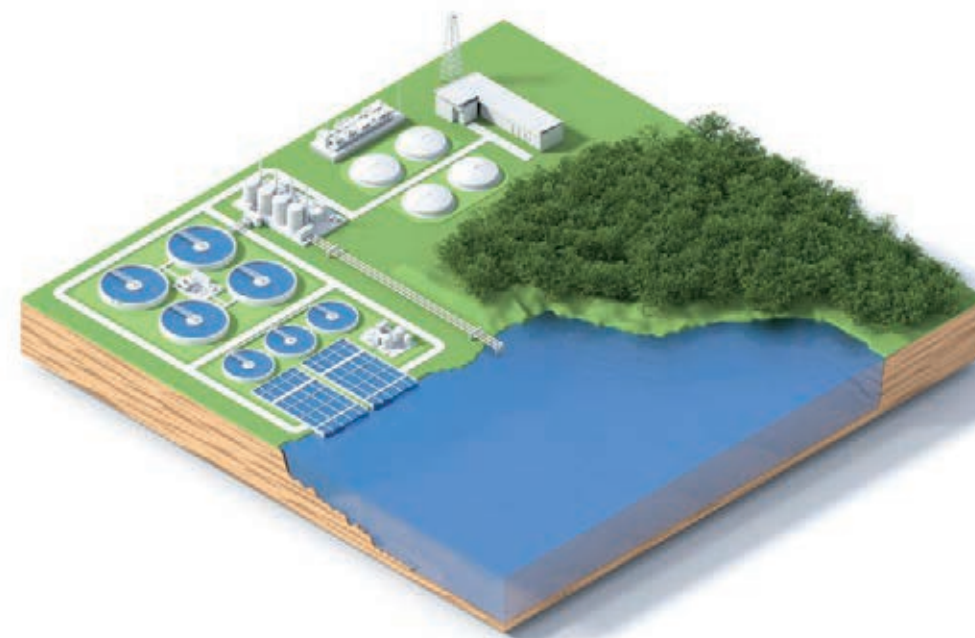
As etapas do serviço de esgotamento sanitário são: **coleta, afastamento, tratamento, destinação final.**

A equipe do IPGC realiza um diagnóstico do município (etapa muito importante) para identificar as principais demandas com relação aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Finalizado o diagnóstico, a equipe traça um prognóstico, propondo uma modelagem mais eficiente para o serviço na cidade, a ser executado pelo vencedor da licitação. Os estudos são feitos com base nas regras estabelecidas pelo Novo Marco do Saneamento Básico.

Atualmente, os dados a respeito do tratamento de água e esgoto nos municípios e estados brasileiros são assustadores:

Com isso em mente, a equipe do IPGC, respaldada pelo novo Marco Legal do Saneamento Básico, desenvolveu projetos de concessões públicas no setor, com o objetivo de trazer mais inovação, qualidade e eficiência para uma área do serviço público que, historicamente, foi negligenciada no país. Esses projetos são comumente implementados no modelo jurídico de concessão simples, e

Dados retirados de <http://snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-abastecimento-agua>



Caminhos Para a Estruturação de Parcerias e Concessões



por Eduardo Freitas

Sabemos que o enfrentamento às deficiências infraestruturais no plano municipal brasileiro não tem dado resposta eficiente através do investimento direto pela Administração Pública. Isso porque as dificuldades políticas e econômicas que vivemos demandam uma série de transformações no campo do investimento. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões Públicas apresentam-se, frente a tais vicissitudes, como uma oportunidade, tanto em razão dos seus aspectos econômicos quanto pela lógica jurídica, de

modificar a lógica do investimento, pois ela garante uma drástica redução das despesas orçamentárias, maior poder fiscalizatório, promoção de facilidades fiscais, profissionalização dos serviços prestados e remuneração condicionada ao cumprimento de metas. Tudo isso pode ser realizado por meio de atividades transparentes, que podem ser verificadas e promovem as finalidades do desenvolvimento social.

No entanto, tais projetos têm dificuldade de sair do papel no cenário brasileiro, apresentando uma alta taxa de mortalidade. Para enfrentar tais dificuldades, o IPGC criou um programa que desenvolve Estudos Técnicos e de Modelagem, prestando também uma Assessoria Integral para a Administração Pública, o que garante a estruturação dos projetos e, também, que tudo ocorra eficien-

temente e dentro dos parâmetros legais até a assinatura do contrato de Concessão! Todos esses serviços são prestados sem custos diretos para os cofres públicos e sem a necessidade de publicar complexos editais de chamamento. Isso é possível porque o IPGC é uma Associação Civil, sem finalidades lucrativas, que atua em prol do interesse público, e é, portanto, regido por legislações específicas, sobre as quais dedicaremos algumas linhas adiante.

A fim de desenvolver tais programas, o IPGC conta com um Escritório de Projetos, composto por uma equipe multidisciplinar, cuja atividade já nos gratificou com inúmeros Atestados de Capacidade Técnica certificados pelos poderes públicos municipais e estaduais. Assim, os nossos parceiros são contemplados com uma prestação de serviços com notória capacidade técnica e expertise!

Amparo Legal

- Lei Federal nº 8.987/1995 “Lei das Concessões”
- Lei Federal nº 11.079/2004 “Lei das PPPs”
- Lei Federal nº 11.107/2005 “Lei de Consórcios Públicos”
- Lei Federal nº 13.019/2014 “Lei das Parcerias Voluntárias”

A concessão administrativa é uma das modalidades de Parceria Público-Privada regida pela Lei Federal nº 11.079/04, com a função de aumentar a eficiência administrativa e descentralizar o serviço público, à medida que reduz os gastos públicos, sem deixar de investir em importantes setores, tais como infraestrutura, educação, saúde, dentre outros. As concessões, diferentemente das privatizações, cabe ressaltar, são investimentos que retornam para o poder público! Utilizando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.987/95, por meio do seu art. 21, o IPGC desenvolve estudos técnicos que serão ressarcidos pelo vencedor da licitação. Por isso, nossa atividade não tem impacto financeiro para a Administração e assume todo o risco da fase de estruturação do projeto.

Somos uma Organização da Sociedade Civil, e por isso nossas parcerias com a Administração Pública são regidas pela Lei 13.019/2014. Em sua grande maioria, realizamos parcerias através do instrumento “Acordo de Cooperação” (art. 2º, VIII-A), acordo que tem por escopo a consecução de finalidades públicas sem a transferência de recursos financeiros, que pode ser celebrado sem chamamento público, nos termos do art. 29 da referida lei. Assim sendo, faz-se necessário apenas que a instituição manifeste o interesse em celebrar o acordo, e que o poder público a autorize para a realização dos estudos. Nossa instrumentalização jurídica conta com uma equipe de profissionais altamente capacitados e já foi amplamente utilizada e reconhecida, inclusive através de pareceres técnicos e jurídicos da administração.

Governo do Piauí lança programa de PPPs para desenvolver municípios

Foto: Viviane Moura, Superintendente de Parcerias e Concessões do Governo do Piauí



O estado do Piauí tem se firmado, nos últimos anos, como referência nacional no estabelecimento de parcerias público-privadas (PPPs). Mesmo em 2020, ano em que o mundo inteiro se viu paralisado em razão da pandemia do novo Coronavírus, que impactou a economia e a sociedade de forma bastante severa, a Superintendência de Parcerias e Concessões do Governo do Piauí (Suparc) fez grande progresso nessa frente. Três novas PPPs foram contratadas no ano passado: Terminal Rodoviário de Barra Grande; oito miniusinas de energia solar; e o Habitar Servidor, que prevê a construção de 500 apartamentos do Residencial Tiradentes. Juntos, esses contratos preveem investimentos de mais de R\$200 milhões da iniciativa privada nesses setores estratégicos, que são turismo, energias renováveis e habitação.

Essas iniciativas devem ajudar a gestão estadual a enfrentar a crise econômica, gerando economia para os cofres públicos e impactando diretamente na criação de mais empregos para a população local. Atualmente, a carteira de projetos do estado já soma mais de R\$700 milhões em investimentos da iniciativa privada. Além disso, essas concessionárias já geraram mais de 3 mil empregos diretos e indiretos para os piauienses desde o início das concessões. “São várias ações que não podem ser contabilizadas apenas em números, em dinheiro economizado pelo poder público ou em investimento realizado pela iniciativa privada. É um conjunto de resultados que demonstram na prática a melhoria dos serviços e os ganhos para a população, a partir dessas parcerias”, destaca Viviane Moura, Superintendente de Parcerias e Concessões do estado.

Com o objetivo de desenvolver os municípios piauienses e atrair mais investimentos, a Suparc desenvolveu o programa PPP Piauí Cidades Inteligentes, que vai contar com a parceria do Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC), que é referência nacional na

execução de projetos inovadores de PPPs para a administração pública. As equipes da Suparc e do IPGC serão responsáveis, em conjunto com equipes das prefeituras, por elaborar os projetos de PPP para essas cidades contempladas. Esse trabalho vai desde a autorização dos estudos para elaboração dos projetos até a licitação e contratação das futuras concessionárias.

Leonardo Santos, diretor-presidente do IPGC, explica: “É uma grande inovação do ponto de vista do apoio à gestão pública municipal, principalmente, para desenvolvimento de infraestrutura pública urbana. A implantação do programa PPP Piauí Cidades Inteligentes vai viabilizar a entrega de serviços que são muito importantes para as cidades. O papel do IPGC nessa cooperação com o governo é ser o braço técnico e operacional que vai ajudar os municípios a realizar os estudos de viabilidade, a modelagem e a licitação desses projetos”.

Segundo Viviane Moura, a meta do programa é atender pelo menos 60 cidades ao longo de 2021 e depois ampliar para mais municípios. A divulgação do edital será feita através da Associação Piauiense de Municípios e está programada para acontecer ainda em janeiro deste ano.

Uberaba é a primeira cidade do Brasil com PPP de energia fotovoltaica

Foto: Uberaba, MG



Consórcio Solares vence licitação para a implantação e gestão das usinas. Investimento inicial será de R\$60 milhões.

Foi assinada, no dia 02 de dezembro de 2020, a ordem de serviço para implantação, operação, manutenção e gestão de usinas solares fotovoltaicas no município de Uberaba. A proposta vencedora é do Consórcio Solares, composto pelas empresas Sigma Engenharia Indústria e Comércio LTDA, Mobit – Mobilidade, Iluminação e Tecnologia LTDA, Fiscal Tecnologia e Automação LTDA, Sitran – Sinalização de Trânsito Industrial LTDA, Selt Serviços de Engenharia LTDA, Innova Energy Serviços de Engenharia LTDA e Solarfast do Brasil LTDA. Segundo o prefeito, Paulo Piau, a assinatura da ordem de serviço é o resultado de um trabalho iniciado em 2013, junto à Fundação Getúlio Vargas. “Em 2013, praticamente ninguém falava de parceria público-privada no Brasil e Uberaba acreditou. É um processo muito difícil, pioneiro. No caso da iluminação pública, não fomos à primeira; foi Belo Horizonte, mas na geração de energia fotovoltaica, Uberaba é a primeira do Brasil”, relatou o prefeito.

De acordo com informações divulgadas pelo Radar PPP, para a estruturação do projeto, foi realizado um PMI, publicado em 28/11/2018; seguido de uma Consulta Pública, realizada em 20/08/2019, e de uma licitação, publicada em 11/03/2020. A licitação dessa Concessão Administrativa ocorreu por meio de uma Concorrência

Internacional do tipo Menor Preço, em que era permitida a formação de consórcios sem restrição na quantidade de empresas. Estudos, produzidos pelo Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) e pela empresa Innova Energy, foram entregues ao Conselho Gestor de PPPs no início de agosto de 2019.

O coordenador do Conselho, Glauber Faquineli explica que não haverá desembolso da Prefeitura para a implantação do projeto. Serão três usinas com geração de cinco Megawatts, que vão fornecer energia solar para a administração pública direta e indireta da cidade. As plantas vão gerar, ao todo, 15 Megawatts, enquanto a demanda do município é de apenas 11 Megawatts. Com isso, o consórcio terá 4 Megawatts sobrando para vender a particulares. “Isso garante receita acessória para dar o desconto de 24% à Prefeitura e ainda cobrir o investimento na construção da usina”, acrescenta.

Impacto Social

Todos os projetos do IPGC estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao propósito que deu origem ao instituto: desenvolver cidades inteligentes para transformar a realidade das pessoas. Promover o desenvolvimento sustentável, com mais qualidade de vida, saúde, educação, segurança e igualdade para todos é o que motiva a nossa equipe. Estes são os depoimentos de algumas pessoas que tiveram seu cotidiano transformado pelos projetos de parcerias e concessões que o IPGC desenvolveu.

Neusa
Cidadã de Carmo do Cajuru

Agradeço pela luminária que colocaram aqui nas nossas ruas, porque as ruas eram muito escuras. A gente tinha medo de andar de noite. Agora, nossa! Ficou muito boa! A rua ficou clarinha, a gente está mais segura para sair de casa à noite. Então, assim, a gente tá muito agradecida. Não tem nem palavras pra dizer o quanto que ficou boa. As nossas ruas agora estão muito boas mesmo. A gente fica bem mais protegida.

Fernanda Rodrigues Longuinho
Cidadã de Ouro Preto

As ruas ficaram mais claras depois da troca das lâmpadas. Isso trouxe mais segurança para os moradores, não só do bairro Santa Cruz, mas de toda a cidade de Ouro Preto.

Karine Vanessa
Cidadã de Carmo do Cajuru

Estou muito satisfeita com a nova iluminação de LED. Antes era muito escuro e, agora, as ruas ficaram muito mais claras, o que gerou mais segurança para nós, moradores do bairro Vitória.

Fátima Jorge
Cidadã de Ouro Preto

A iluminação pública ficou muito boa, viu?! Agora, da minha rua, eu consigo ver lá embaixo, na Professor Antônio de Paula Ribas. Antes, a gente realmente andava com o coração na mão. Agora, a gente pode ver quem vem na nossa frente e quem vem atrás, e isso dá mais segurança para as pessoas. Eu espero que todos os distritos da nossa cidade sejam iluminados, assim como foi feito aqui na minha rua.

Por que as PPPs são uma boa opção para os municípios brasileiros no cenário político/econômico atual?

por Fernando S. Marcato



Sabe-se há muito tempo das restrições fiscais e orçamentárias às quais estão submetidos os Estados e Municípios brasileiros, e a atual recessão econômica trouxe consigo desafios ainda maiores aos gestores públicos rumo à necessária otimização das demandas sociais e a necessidade iminente de realizar investimentos. Em meio a esse cenário de instabilidade econômica e redução da capacidade orçamentária dos entes públicos, a celebração de concessões e parcerias público-privadas desponta como uma alternativa válida para a manutenção dos projetos e viabilização do acesso da Administração Pública a obras de infraestrutura e serviços públicos de alto custo e complexidade.

No caso das Prefeituras, especialmente, em que se pressupõe mais autonomia da gestão municipal na administração dos recursos públicos, as PPPs aparecem como instrumento jurídico que reduz significativamente os custos e o tempo de contratação para a realização de políticas públicas de interesse local, a depender da expertise técnica e capacidade administrativa envolvidas e das particularidades de cada município. Isso porque as PPPs proporcionam maior agilidade e dinamismo aos próprios mecanismos e metas de crescimento dos municípios, o que dilui o impacto das conhecidas limitações do orçamento público a longo prazo, além de suprir eventual falta de capacitação das equipes técnicas para a condução

dos projetos nas Prefeituras – obstáculos que hoje são praticamente considerados superados pelo mercado.

Com efeito, o receio e desconfiança no mercado de PPPs municipais vem diminuindo a cada dia no país, principalmente após a alteração legislativa de 2017 – que reduziu o piso do investimento de R\$ 20 para R\$ 10 milhões – e a segurança jurídica conquistada pela expertise e transparência na relação da iniciativa privada com os entes públicos, atraindo consequentemente cada vez mais a atenção de investidores para as parcerias. Prova disso é que, mesmo neste ano de pandemia e pouca dinamicidade quanto ao surgimento de novos projetos, o estudo disponibilizado pela empresa Radar PPP do mês de dezembro/2020 identificou que apenas no mês de novembro surgiram 36 novos projetos de PPP no país, dos quais 26 são projetos municipais, e 21 licitações foram iniciadas; ou seja, há uma expressiva tendência de utilização de PPPs para novos projetos de infraestrutura urbana e prestação de serviços públicos de interesse local. É, afinal, cada vez mais perceptível o interesse das Prefeituras pelo modelo de PPP, significando que o acesso a políticas capazes de prover infraestrutura urbana suficiente e com qualidade – finalidade última da instituição da Lei Federal nº 11.079/2004 – pode encontrar nas PPPs municipais um instrumento ótimo de viabilização, na medida em que garantem a efetiva e inteligente fruição do direito à cidade.

Desenvolvimento Sustentável

Estamos determinados a dar os passos ousados e transformadores que são urgentemente necessários para mudar o mundo para um caminho sustentável e resiliente.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 objetivos gerais, compostos por 169 metas específicas, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. De acordo com informações disponibilizadas no site da ONU, “Eles buscam desenvolver os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e cumprir o que eles não alcançaram. Eles procuram realizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental”. Juntos, os ODS formam a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, compromisso firmado entre 193 países para que, até o ano de 2030, o mundo avance rumo à sustentabilidade em diversas áreas.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal, erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. São objetivos e metas claras, que os países devem adotar, de acordo com suas próprias prioridades, preservando o espírito de uma parceria global, que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. Todo governo, empresa, instituição ou indivíduo pode se alinhar a esses objetivos em suas vidas pessoais, profissionais, acadêmicas, etc. Logo, é possível identificar também no IPGC alguns dos objetivos aos quais os projetos se alinham.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aos quais todos os projetos do IPGC estão alinhados:

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

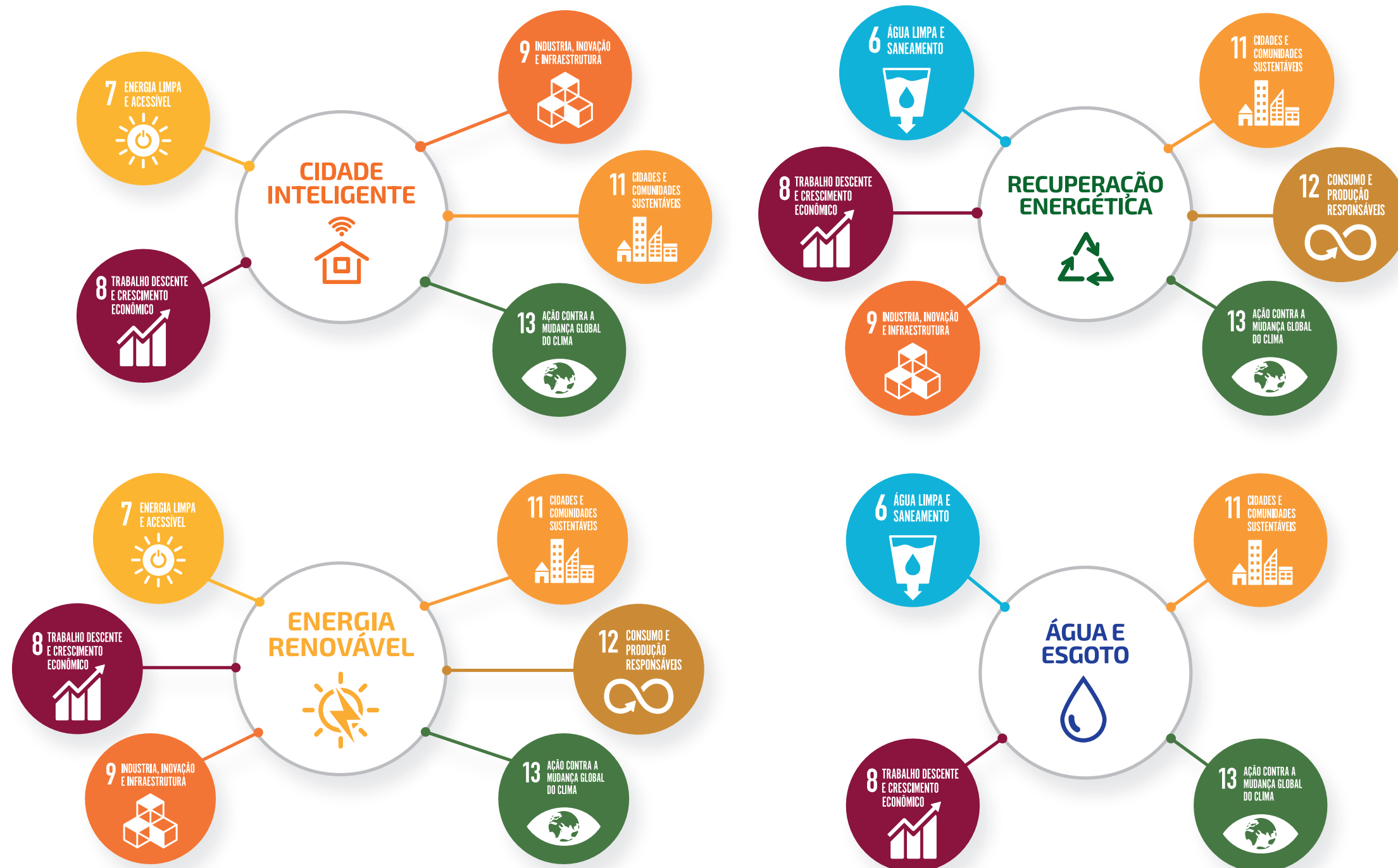


Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Perspectivas para as PPPs no Brasil

Como consequência dos esforços iniciais para a sua regulamentação no Brasil, parcerias público-privadas (PPPs) e concessões têm ganhado cada vez mais visibilidade. Especialmente no ano de 2019, houve um crescimento espantoso no número de PPPs no país. Segundo dados da empresa Radar PPP, até outubro desse ano, 479 novos projetos foram cadastrados, representando um aumento de 40% em comparação com o mesmo período de 2018.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, o Brasil possui o maior programa de concessões de ativos de infraestrutura do mundo e estima-se que mais de R\$217 bilhões serão investidos pelo setor privado até o ano de 2022, com óbvias repercussões para as próximas décadas. Não obstante isso, diante da crise econômica causada pela pandemia da COVID-19, é natural que, por algum tempo, os grandes investimentos públicos fiquem restritos por questões orçamentárias. Nesse cenário, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) despontam como alternativa para garantir a continuidade do desenvolvimento regional, sem que haja desequilíbrio financeiro. Assim, o IPGC tem buscado, desde sua fundação, auxiliar os administradores públicos nessa caminhada em direção a um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, oferecendo como ativo a inteligência desenvolvida por sua equipe ao longo dos anos.



As 5 Cidades Mais Inteligentes do Mundo



Fonte: *Cities in Motion Index 2020* - IESE Business School

Londres foi novamente declarada a cidade mais inteligente do mundo, de acordo com a sétima edição do *Cities in Motion Index 2020*, preparado pelo Centro de Globalização e Estratégia da IESE Business School e coordenado pelos professores Pascual Berrone e Joan Enric Ricart. O índice anual analisa o nível de desenvolvimento de 174 cidades de 80 países ao redor do mundo em nove dimensões consideradas essenciais para cidades verdadeiramente inteligentes e sustentáveis. São elas: economia, meio ambiente, governança, capital humano, projeção internacional, mobilidade e transporte, coesão social, tecnologia e planejamento urbano.

Londres - Inglaterra

A classificação de Londres em primeiro lugar se deve ao fato de a cidade estar bem posicionada em quase todas as dimensões: ela aparece em primeiro lugar em Capital Humano e Projeção Internacional, em segundo lugar em Governança e Planejamento Urbano e está entre os 10 primeiros em dimensões de Mobilidade e Transporte, e Tecnologia. Seu pior desempenho pode ser visto nas dimensões de Coesão Social (64º) e Meio Ambiente (35º).

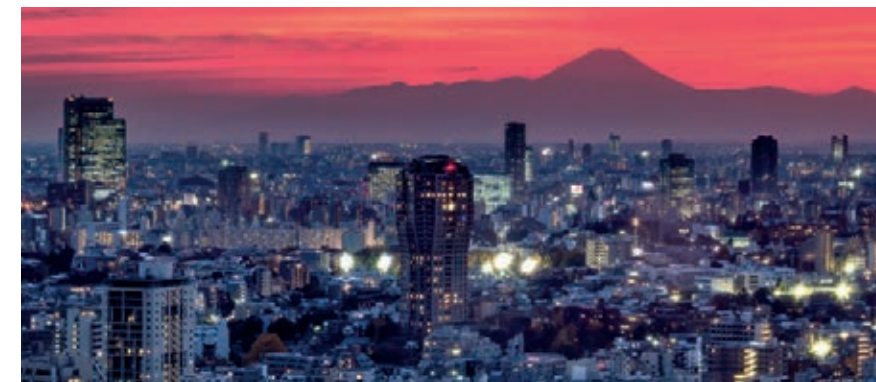
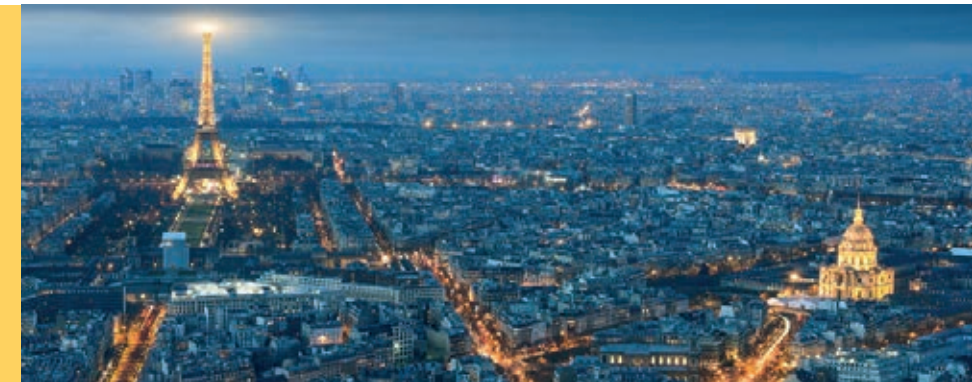


Nova York - Estados Unidos

Nova York lidera no quesito Economia (uma área na qual 9 das 10 primeiras posições vão para cidades dos EUA), Planejamento Urbano (6 das 10 primeiras são da América do Norte) e Mobilidade e Transporte. Seu grande calcanhar de Aquiles continua sendo a Coesão Social, com um dos piores desempenhos do mundo nessa dimensão (151º lugar).

Paris - França

Paris destaca-se pela sua Projeção Internacional, ocupando o segundo lugar nessa dimensão. A cidade também se destaca nas dimensões de Mobilidade e Transporte (2º) e Capital Humano (6º), que olha para a capacidade de uma cidade para atrair, nutrir e desenvolver talentos. Seu pior desempenho pode ser visto nas dimensões de Coesão Social (74º) e Meio Ambiente (48º).



Tóquio - Japão

Tóquio ocupa o 4º lugar no ranking geral, com melhor desempenho nas dimensões Economia (3º), Meio Ambiente (6º) e Capital Humano (9º). Seu desempenho mais fraco é para a Coesão Social (74º). No entanto, como cidade com considerável influência tecnológica no cenário global, Tóquio teve um desenvolvimento bastante positivo, o que permitiu que seu conceito de Cidade Inteligente, nos últimos anos, pudesse caminhar em direção à dimensão social.

Reykjavik - Islândia

Em 5º lugar está Reykjavik, que também é a cidade com melhor desempenho para o Meio Ambiente. Ela ocupa o primeiro lugar nessa dimensão por ser uma cidade com fontes 100% hidrelétricas e geotérmicas renováveis e por ser líder mundial em sustentabilidade energética e soluções inteligentes. Seu segundo melhor desempenho é para Coesão Social (14º), e seu pior desempenho é para Planejamento Urbano (125º), seguido pela Economia (86º).



Carmo do Cajuru assina contrato com consórcio que vai desenvolver o projeto "Cidade Inteligente" no município — Foto: Anna Lúcia Silva/G1



Prefeitura de Carmo do Cajuru assina contrato com consórcio que vai desenvolver projeto 'Cidade Inteligente' no município

Dentre as ações, o projeto prevê implantação de energia solar fotovoltaica e sistema de telecomunicação. Segundo Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades, ação é pioneira no Brasil.

A prefeitura de Carmo do Cajuru assinou nesta terça-feira (9) um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) com o Consórcio GSE Luz, vencedor da licitação em andamento desde o ano passado para implementar soluções do projeto "Cidade Inteligente" no município.

Segundo o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC), Carmo do Cajuru é a primeira PPP da "Cidade Inteligente" do país. O investimento privado é da ordem dos R\$ 17,1 milhões e o valor do contrato gira em torno dos R\$ 64,5 milhões. Com o contrato assinado, o consórcio terá nove meses de implantação e já começa a operar as obras em Carmo do Cajuru em seguida.

As empresas integrantes do consórcio receberam, após a assinatura, a concessão administrativa por 25 anos para estruturação e manutenção da rede de iluminação pública e de telecomunicações da cidade, além da implantação de usina de energia solar fotovoltaica.

"É uma honra para mim estar vivendo esse momento junto de Carmo do Cajuru. Com certeza é um marco em nossa história", destacou o prefeito Edson Vilela (PSB) sobre o projeto que visa modernizar a infraestrutura de Carmo do Cajuru.

Projeto: Para tornar mais eficiente a iluminação pública da cidade, o consórcio implementará lâmpadas de LED, que geram menor custo e maior potencial de luminosidade, aumentando a sensação de segurança e conforto dos moradores de Carmo do Cajuru.

Ainda segundo o consórcio, a estrutura de telecomunicações prevista na PPP vai garantir ao município uma rede de dados estável e segura, que leva internet via fibra ótica aos prédios públicos, oferece Wi-Fi gratuito à população e instala câmeras de videomonitoramento para a segurança pública por toda a cidade, tudo em um sistema integrado.

Usina fotovoltaica: Com o investimento na usina solar fotovoltaica, o município terá geração de energia limpa e sustentável garantida, gerando ainda mais economia, como pontuaram o consórcio e a Prefeitura.

O consórcio afirma que o projeto é uma tendência promissora nos próximos anos, com a geração de energias renováveis.

Reportagem originalmente veiculada em Diário do Comércio: <https://diariodocomercio.com.br/negocios/programa-do-ipgc-formata-e-executa-projetos-inovadores/>

Acesso em: 15 de dezembro de 2020

Prefeituras recorrem às PPPs para investimentos

Não é de hoje que prefeituras enfrentam problemas de caixa e as parcerias público-privadas (PPPs) têm surgido como solução para garantir a execução e implantação de projetos de infraestrutura urbana em todo o País.

Junto aos municípios mineiros a situação não é diferente. Executivos municipais têm recorrido ao modelo de concessão para garantir investimentos em áreas de energia solar, Smart City e tratamento de resíduos sólidos.

Diante do cenário, o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) criou o Programa de Desenvolvimento de Estados e Cidades Inteligentes e Sustentáveis (Prodecis), com o objetivo de estabelecer diretrizes para as parcerias entre o setor público e a iniciativa privada, otimizando a aplicação dos recursos em todo o País.

Atualmente são, ao todo, mais de 20 projetos em andamento no Brasil, dos quais 11 estão em Minas Gerais, com valores dos contratos de concessão superiores a R\$ 1 bilhão. A informação é do fundador do IPGC, Leonardo Santos, que pondera que o grande desafio dos investimentos está na morosidade do setor público.

"Os governos têm grande interesse em desenvolver parcerias com o setor privado para atrair investimentos e resolver gargalos da infraestrutura. No entanto, muitas vezes, os órgãos de controle não estão preparados para lidar com grande volume de projetos, nem mesmo detêm conhecimento e experiência para analisar as inovações tecnológicas", avaliou.



Em Uberaba, serão investidos R\$ 76 milhões na construção de três usinas fotovoltaicas.

Para aprimorar e ajudar na implementação dos projetos, o Prodecis conta com a expertise do instituto na estruturação de projetos de infraestrutura urbana para as cidades brasileiras. Criado no final do ano passado, o programa tem apoiado diversos municípios na execução de projetos em diferentes áreas.

"Trabalhamos para desenvolver projetos que são efetivos e eficazes, capazes de contribuir para a melhoria de vida da população daqueles municípios a partir de projetos estruturantes. Para isso, atuamos em três grandes áreas: energia solar, Smart City (iluminação pública e telecomunicação) e tratamento de resíduos sólidos com geração de energia", explicou o fundador.

Reportagem originalmente veiculada em G1: <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2020/06/09/prefeitura-de-carmo-do-cajuru-assina-contrato-com-consorcio-que-vai-desenvolver-projeto-cidade-inteligente-no-municipio.ghtml>

Acesso em: 15 de dezembro de 2020

Estudo inédito mostra os segmentos que mais devem atrair PPPs

Consultoria Radar PPP realiza levantamento sobre parcerias entre o setor público e a iniciativa privada e aponta perspectivas

Apesar da pandemia do coronavírus, as parcerias público-privadas (PPPs) continuaram caminhando no país no ano passado, segundo um estudo inédito da consultoria Radar PPP. Atualmente, há 743 projetos com status entre de “intenção pública anunciada” e “licitação encerrada”, de acordo com o levantamento. Outras 1.051 PPPs e concessões que estão paralisadas têm condições de retomar o andamento em 2021.

Os setores de iluminação pública, resíduos sólidos, saneamento básico, cultura, lazer e comércio são foco da maioria dos projetos. “Entre esses segmentos, o de resíduos sólidos deverá atrair um volume expressivo de projetos, assim como o de saneamento básico, em razão da aprovação, no ano passado, do novo marco regulatório do setor”, diz Bruno Pereira, sócio da consultoria Radar PPP.

O marco regulatório do saneamento básico, aprovado em julho do ano passado, deve atrair mais capital privado para o setor. A expectativa é que esse mercado atraia cerca de 700 bilhões de reais até 2033. O novo arcabouço legal do segmento também prevê melhorias na gestão de resíduos sólidos.

Uma das metas é encerrar os lixões. O texto da lei também predispõe sobre a possibilidade de terceirizar os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, o que deve abrir o mercado à iniciativa privada.

O banco de dados do Radar PPP, que disponibiliza informações sobre mais de 2.700 projetos de 19 segmentos que são monitorados constantemente, mostra um retrato dos projetos e aponta tendências. Entre as PPPs analisadas e sistematizadas, 385 são de iluminação pública e 364 são de água e esgoto. Outras 298 iniciativas foram elaboradas para o setor de resíduos sólidos.



Uberlândia (MG) é uma das cidades que vêm investindo em PPPs de iluminação pública (Divulgação/Divulgação)

Um levantamento da consultoria Radar PPP mostra que as parcerias entre municípios e a iniciativa privada decolaram nos últimos anos. Enquanto em 2015 havia apenas 321 iniciativas anunciadas, projetos em andamento e contratos assinados em todo o Brasil, em setembro do ano passado esse número chegou a 1.718.

O aumento no interesse dos municípios para a elaboração de parcerias público-privadas estimula a consultoria a desenvolver o Selo de Compromisso Municipal com Concessões e PPPs. O objetivo é consolidar e dar mais visibilidade a intenções dos prefeitos em desenvolver projetos de interesse público em parceria com a iniciativa privada. De acordo com a Radar PPP, as cidades que receberem o selo poderão ter mais facilidade em atrair a atenção das empresas para seus projetos.

Para obter esse certificado de qualidade em PPPs, a gestão municipal deve apontar pelo menos três serviços públicos que devem ser objeto de projetos em conjunto com a iniciativa privada, entre outros pré-requisitos.



Avenida Afonso Pena, nº 867, sala 809
Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais
www.ipgc.org.br

Reportagem originalmente veiculada em: <https://exame.com/brasil/estudo-inedito-mostra-os-segmentos-que-mais-devem-atrair-ppps/>

Acesso em: 30 de janeiro de 2021